


# Invisibilidade negra nas praças centrais do município de Nova Esperança-PR: um estudo de caso patrimonial

## Black invisibility in the central squares of the city of Nova Esperança-PR: a patrimonial case study

Paula Roberta Libanori Haenisch\*

paulahaenisch2020@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6263-0556>

**RESUMO:** Este artigo baseia-se em questionamentos sobre a relação entre história pública, patrimônio, invisibilidade negra e a Lei 10.639/03, por meio de reflexões sobre a natureza pública dos patrimônios e os silenciamentos nos processos de patrimonialização. Para isso, além de teorias sobre usos e desusos de patrimônios em suas relações com a história pública e com a educação informal, serão analisados nomes de praças públicas localizadas no centro do município de Nova Esperança-PR para verificar se esses locais configuram-se como espaços públicos que proporcionam uma educação patrimonial colocando em prática a Lei 10.639/03.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Pública; Patrimônios; Praças Públicas; Invisibilidade negra; Lei 10.639/03.

**ABSTRACT:** This article is based on questions about the relationship between public history, heritage, black invisibility and Law 10.639/03, through reflections on the public nature of heritage and the silencing in patrimonialization processes. For this, in addition to theories about uses and disuses of heritage in their relationship with public history and education, names of public squares located in the center of the municipality of Nova Esperança-PR will be analyzed to verify if these places are configured as spaces that provide heritage education by putting Law 10,639/03 into practice.

**KEYWORDS:** Public History; Heritages; Public Squares; Black invisibility; Law 10.639/03.

### *Uma breve mas necessária análise sobre a somatória dos elementos patrimoniais*

O mundo que nos cerca é formado por inúmeros elementos, sejam eles naturais ou artificialmente criados pelas mãos da humanidade. As árvores, os rios, as gigantescas pedreiras e as belíssimas serras com suas curvas suntuosas que podemos avistar em diversos locais de nosso planeta constituem exemplos dos tais elementos naturais que nos cercam. É por

\* Mestranda em História Pública pela UNESPAR. É graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Maringá (2012), possui título de Especialista pela instituição PUCPR em Docência no Ensino Superior

meio do uso e manuseio desses elementos formadores da natureza que nós, a humanidade, obtemos boa parte de nosso sustento (FILHO, 1994). Aliás, creio que não seria exagero afirmar que não apenas boa parte, mas, que todo nosso sustento vem dela, a partir das ações humanas que transformam o meio natural constantemente.

Mas, para modificar a natureza que nos cerca é necessário o que? É necessário o conhecimento, a técnica, o saber que pertencem aos humanos que os transmitem de geração em geração, com uso da palavra, dos manuais, das simbologias e, obviamente, por meio da ação. Justamente por conta da transmissão do saber é que as comunidades humanas puderam se adaptar aos meios, garantindo a sobrevivência de nossa espécie desde que ‘o mundo é mundo’. Entretanto, cabe aqui mais uma reflexão sobre a relação entre a natureza e as ações humanas.

Pensemos, então, na seguinte questão: em que resulta a soma dos elementos ‘natureza’ mais ‘saber fazer’? Resultam naquilo que Carlos Alberto Cerqueira Lemos (2010) definiu como bens culturais. E mais: essas somatórias de elementos, às quais se definem como bens culturais, são capazes de gerarem o que conhecemos como os artefatos e os patrimônios. Todavia, essa relação somatória elementar não é neutra: o ‘saber fazer’ que transforma a natureza produzindo os bens culturais, os inúmeros artefatos e os patrimônios é algo que, em seu processo, está carregado de símbolos. Esse processo é marcado por ideologias, estas, existem sob a influência das disputas de poder e estão recheadas de contrariedades narrativas.

É justamente por conta desses fatores de não neutralidade que se fazem plausíveis alguns questionamentos sobre os bens culturais que nos circundam, bem como aos patrimônios que, por sua vez, não podem ser lidos de forma isolada, descontextualizada e, tampouco, neutra, posto que eles sejam também repletos daquilo que Meneses (2018) apresenta como motivações memorialísticas. Sendo assim, as questões que tangem a patrimonialização dos artefatos humanos não podem ser consideradas a partir de perspectivas singulares. Afinal, em seu processo de construção os patrimônios se fazem permeados por valores coletivos, públicos e dinâmicos (MENESES, 2018).

Portanto, se todos os patrimônios estabelecem relação com os mais diversos públicos, eles se tornam, simultânea e inevitavelmente, objetos de estudos históricos e como tal devem ser submetidos a questionamentos acerca do seu processo produtivo e dos fatores que possibilitam sua manutenção no tempo e espaço. Neste aspecto, o campo que se apresenta como História Pública no Brasil tem bastante a contribuir, uma vez que a ela cabe o exercício da

reflexão acerca de como o passado é construído e de como essa construção reflete no tempo presente (JUNIOR, 2018; BAUER E BORGES, 2019;).

*Nova Esperança, pequena cidade no Noroeste do Paraná*

Geograficamente falando, o município paranaense chamado Nova Esperança está localizado na região noroeste do estado e “conta com uma superfície territorial de 401,587km<sup>2</sup>, altitude estima de 550 metros.” (TREVISAN; JUNIOR, 2018, p. 105). De acordo com dados coletados no último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme mostra o *site* oficial do município nova esperancense, o número de habitantes da cidade está em torno de vinte seis mil e seiscentas pessoas das quais, aproximadamente, quatro mil habitam a região de zona rural, enquanto os demais sujeitos habitam a zona urbana. Sendo assim, conforme analisam os autores anteriormente mencionados “a cidade de Nova Esperança se enquadra no caso típico brasileiro onde a concentração da população é urbana e ultrapassa os 80% dos munícipes.” (p. 105).

Entretanto, para contextualizarmos nossa discussão, mais do que apresentar dados meramente geográficos, se faz necessário observar as narrativas predominantes sobre a história de Nova Esperança. Afinal, contar a história de um município, assim como eleger os nomes para suas ruas e praças é um processo que implica na lida com aquilo que José Newton Coelho Meneses nomeia – em *Todo patrimônio é uma forma de história pública?* (2018) – como o ato de criar memórias sociais. Portanto, o tratamento delas – das tais memórias sociais – requer entendimento processual quanto a sua construção e esse entendimento agrega as reflexões necessárias para compreendermos como se efetivaram os processos de patrimonialização. Sendo assim, vejamos o histórico surgimento de Nova Esperança de acordo, novamente, com as informações do *site* oficial.

De acordo com as informações que podem ser visualizadas no item do *site* ‘A cidade – História’ o município de Nova Esperança começou a ser povoado em meados do século passado e de acordo com informações obtidas pela página virtual o processo de povoamento foi acelerado e estimulado por correntes migratórias de todas as regiões do país. Além disso, segundo a narrativa oficializada expressa na dita página *online*

O local era conhecido como Capelinha<sup>1</sup>, pois uma comitiva em suas andanças - em busca de colonização - encontrou às margens do Córrego Biguí uma

<sup>1</sup> Foi necessário mudar o nome para Nova Esperança, pois já existia outro município de nome Capelinha no interior do estado de Minas Gerais e, de acordo com nossa Constituição, duas cidades distintas não podem ter o mesmo nome.

pequena Capela, construída de tijolos toscos, sem portas, coberta de sapê. Possuía em seu interior a imagem do Santo Sagrado Coração de Jesus, hoje padroeiro da cidade. A comitiva era composta por Antonio Moraes de Barro, advogado e então Presidente da Companhia de Terras Norte do Paraná, Arthur Thomaz, Engenheiro Louis Reed, Consultor Técnico Dr. Gastão de Mesquita Filho e o engenheiro construtor da Nova Estrada de Ferro São Paulo, Heitor Machado. (GOVERNO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, 06 de Janeiro de 2021, não paginado).

Apesar de o povoamento ter iniciado em 1948, a criação oficial do município ocorreu cerca de três anos mais tarde, por meio da promulgação da Lei Estadual nº 790<sup>2</sup>. Fato é que, independentemente dessa diferença entre as datas do início da povoação e do momento de oficialização da origem da cidade, a produção de narrativas em meios de informação oficiais sobre a história do município de Nova Esperança e sobre os seus pioneiros tem privilegiado algumas histórias e sujeitos em detrimento do esquecimento de outrem, o que reflete um conjunto de perspectivas que são frutos das escolhas de quem escreveu e ainda escreve sobre a história da cidade. E essas escolhas de narrativas que, muitas vezes, aos olhos destreinados podem parecer inconscientes e simples, têm suas bases calcadas a partir de um longo processo de institucionalização das memórias e narrativas que acaba por silenciar determinadas histórias acarretando um fenômeno que Pollak (1989) determinara como esquecimentos silenciamento de memórias e vozes. Tal fenômeno em contextos urbanos, certamente, interfere na construção, manutenção e nomeação dos espaços públicos e ao tratar do que seriam memórias dominantes e memórias às margens, concordo com o autor de *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) a partir do momento em que ele aponta que

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p.5).

### *Das praças centrais e da (im)possibilidade de uma educação patrimonial afro-brasileira no município de Nova Esperança*

As quatro praças da região central de Nova Esperança apresentam os seguintes nomes, em ordem alfabética: Praça Dom Pedro I, Praça Melo Palheta, Praça Pioneiro Atilio Olivatti e Praça Pioneiro Noboru Yamamoto: todos os nomes são de sujeitos que, sendo reconhecidos a nível micro (local) ou macro (nacional), não são representantes de etnias negras. Quanto às praças em si, elas estão localizadas em pontos de acesso fácil. Além disso, ainda quanto à

<sup>2</sup> A mencionada lei pode ser conferida no endereço eletrônico: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-790-1951-parana-dispoe-sobre-a-divisao-administrativa-do-estado-no-quinquenio-de-1952-a-1956>

localização, todas ficam próximas das três grandes instituições educacionais do município em níveis de Ensino Fundamental e Médio<sup>3</sup>. A primeira praça analisada (Praça Dom Pedro I, popularmente conhecida como Praça da Igreja) reúne muitas pessoas, diariamente, pois é onde está localizada a unidade igreja matriz da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de denominação católica.

**Figura 1**



(Praça Dom Pedro II – acervo pessoal)

A segunda (Praça Melo Palheta) fica em uma região caracterizada pelo altíssimo tráfego de carros por conta do intenso aglomerado comercial entre as avenidas Brasil e Quatorze de Dezembro. Além disso, há nela uma fonte de água (que aparece na imagem a seguir) que atrai muitas bastantes crianças e jovens quando está em funcionamento, sobretudo, nos dias de férias e no verão.

**Figura 2**



(Praça Melo Palheta – acervo pessoal)

<sup>3</sup> Encontram-se nas proximidades das citadas praças o Colégio Coração de Jesus, Colégio Estadual São Vicente de Paula e o Colégio Estadual Costa Monteiro.

A terceira delas (Praça Pioneiro Atílio Olivatti) se localiza nas proximidades da rodoviária, local de grande fluxo de gente por conta da chegada e saída dos sujeitos à cidade. Ademais, nessa praça há uma pequena pista de *skate* o que torna boa parte do seu público formado por jovens e adolescentes.

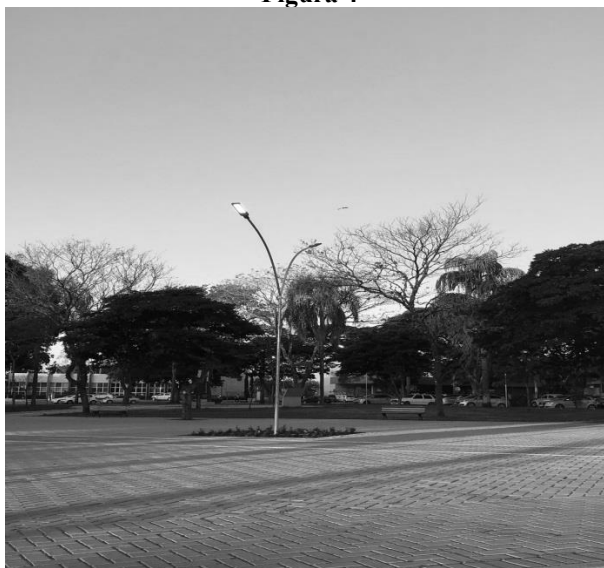
**Figura 3**



(Praça Pioneiro Atílio Olivatti – acervo pessoal)

Por fim, a última praça central (Praça Pioneiro Noboru Yamamoto) que está localizada em frente ao ginásio poliesportivo e ao local destinado à feira do produtor, onde a quantidade de pessoas que circulam é intensa durante, basicamente, todos os dias da semana.

**Figura 4**



(Praça Pioneiro Noboru Yamamoto – acervo pessoal)

É visível, portanto, que essas praças centrais do município recebem, diariamente, quantias consideráveis de sujeitos de diversas faixas etárias, com distintos anseios, que oram

passam distraídos pelo local, ora se apressam afoitos para chegarem ao seu destino, ora sentam em seus bancos para momentos de descontração.

Historicamente, as praças sempre foram locais importantes para o convívio social, desde a *ágora* dos gregos Antigos, até as praças onde mercadores reuniam-se e as pessoas aglomeravam-se para comerciar e, obviamente, estreitarem relações (ROSANELI et al., 2016). Fica entendido, portanto, que as praças constituindo espaços públicos e livre é um espaço “que abriga diversas práticas sociais, reflete a cultura e costume de seus usuários e cuja vitalidade está ligada à possibilidade de apropriação.” (ROSANELI et al., 2016, p. 361). Todavia, ao se pensar nos usuários ou frequentadores especificamente das quatro praças centrais de Nova Esperança, verifica-se que nenhum desses sujeitos, quando buscarem informações sobre esses lugares, terá a oportunidade de contemplar elementos étnicos negros nesses locais. Afinal, em tais praças, desde o nome até à estrutura arquitetônica, a invisibilidade negra é uma realidade.

Se considerarmos que a Lei 10.639/03<sup>4</sup>, no que diz respeito à Educação ela prevê a valorização do legado dos sujeitos afrodescendentes para a formação da identidade nacional e da história do Brasil em vários aspectos (SILVA, 2005). Sendo assim, nos questionemos – eu e você, leitor – é possível, no atual cenário das tais praças, a promoção de uma educação patrimonial que trabalhe com a cultura afro-brasileira colocando em prática nas praças de Nova Esperança? Certamente que não.

### *Considerações finais*

Nos últimos anos, as tensões raciais tem sido objeto de estudo e reflexões tanto no campo da História como no campo da Educação, não somente sob o viés da História Pública (ABREU, MATTOS E GRINBERG, 2019) como, também, sob a perspectiva Decolonial da História (OLIVEIRA E CANDAU, 2010; WALSH, 2019) proporcionando hipótese não somente de desconstrução do saber histórico dado como oficial durante décadas e séculos, mas, acima de tudo, a reconstrução desse conhecimento histórico elencando e enaltecendo novos nomes, sujeitos e narrativas que, até então, estiveram às margens das narrativas oficiais, isso quando não estiveram totalmente excluídos como se não existissem.

Esse ato de desconstruir o conhecimento histórico para reconstruí-lo em outros moldes e sob outros prismas tornaria “visíveis outras lógicas e formas de pensar, diferentes da lógica eurocêntrica dominante.” (OLIVEIRA E CANDAU, 2010, p. 25) e, no caso da cidade de Nova

<sup>4</sup> A lei pode ser lida na íntegra por meio do link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm).

Esperança uma sugestão possível dentro do ensino de História seria a promoção de pesquisas por parte dos alunos que coordenados e orientados por seus professores poderiam realizar pesquisas sobre os pioneiros da cidade visando levantar dados acerca dos sujeitos e das famílias negras nova esperancenses que atuaram como pioneiros, no entanto, suas histórias estão basicamente esquecidas e fora dos meios de informação, dos livros, das redes sociais como o próprio site da prefeitura e não constam nos patrimônios urbanos como, por exemplo, nas praças que poderiam receber seus nomes nesse cenário de reconstrução e ressignificação do saber histórico a nível municipal.

Muitos desses alunos e professores que poderiam se envolver em projeto de pesquisas como este que aqui está sugerido são frequentadores das tais praças, sendo muito deles, inclusive, sujeitos negros cujos familiares e podem, potencialmente, serem parte desse agrupamento de pessoas e memórias até agora invisibilizados. Daí a possibilidade da pesquisa no estilo pesquisa-ação contemplando, novamente, o que o campo da História Pública nos proporciona uma vez que “história pública não é só ensinar e divulgar determinado conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos, além de enorme vontade de trocar experiências e aprender com elas.” (ROVAI, 2017, p. 9).

Deste modo, propostas de reflexões e pesquisas como a deste artigo que visam analisar a situação do apagamento dos pioneiros negros na cidade de Nova Esperança debatendo acerca disso de modo crítico e colaborativo pode ser a faísca inicial para que outras produções e propostas com questionamentos semelhantes a esse incendeiem – no bom sentido – o campo de discussões históricas nas esferas locais e, porque não, nacionais, visto que, certamente, a invisibilidade e o silenciamento negro não são problemas exclusivos dos patrimônios encontrados no município de Nova Esperança.

## Referências Bibliográficas

ABREU, M.; MATTOS, H; GRINBERG, K. História Pública, ensino de história e educação antirracista. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 17-38 – 2019. ISSN: 1806-3993. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/523-2040-1-PB.pdf>. Acesso em 22 jun. 2022.

BAUER, L.B; BORGES, V.T. O Patrimônio Cultural e a História Pública: observações sobre os embates contemporâneos. *Revista Nupem*. v.11, n. 23, p. 48-58, 2019. DOI: 10.33871/nupem.v11i23.629. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/629/370>. Acesso em 10 abr. 2022.

FILHO, R.M. Reflexões sobre o homem e o trabalho. *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 34, n. 2, p. 18-32, 1994. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/rae/a/M8bDLqd5vmfxnBymTxH4sbQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.

JUNIOR, F.C.F.S. Fragmentos patrimoniais de passado: o campo cinematográfico apropriando-se da história pública. *História Pública em Debate: Patrimônio, Educação e Mediações do Passado*. / Juniele Rabêlo de Almeida e Sônia Meneses (organização) -- São Paulo (SP): Letra e Voz, p. 51 – 74, 2018. ISBN 978-85-93467-11-0

LEMOS, C.A.C. *O que é patrimônio histórico*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MENESES, J.N.C. Todo patrimônio é uma forma de história pública? IN: MAUAD, A.M; SANTHIAGO, R; BORGES, V.T. (Org). *Que história pública queremos? What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, p. 69-77, 2018. ISBN 978-85-93467-16-5

OLIVEIRA, L.F., CANDAU, V.M.F. Pedagogia Decolonial e educação antirracista. *Revista Belo Horizonte* v.26,n.01,p.15-40, abr. 2010.ISSN: 1982-6621. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2022.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

ROSANELI, A.F. et al. Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), 2016 set./dez., 8(3), p. 359-374. DOI: 10.159/2175-3369.008.003.A006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/HfQ9PBqsKgprRGjdbBNBSx3p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ROVAI, M.G.O. História Pública: a comunicação e a educação histórica. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 41-65, abr./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3465-Texto%20do%20artigo-17392-1-10-20170418.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SILVA, M. O Ensino de História da África e cultura afro-brasileira em Goiânia. IN: OLIVEIRA, I; SILVA, P.B.G; PINTO, R.P. (Org). *Negro e Educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2005. 264p. ISBN 85-86382-06-X.

TREVISAN, M.P; JUNIOR, P.R.N. Proposta de Expansão para a cidade de Nova Esperança-PR. *Mix Sustentável*. V. 4, n. 3, p. 103-108, 2018. DOI: 2447-3073.MIX2018. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/view/2472/2511>. Acesso em: 01 abr. 2022.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)*, V. 05, N. 1, Jan.-Jul., p. 6-39, 2019. ISSN - 2448-3303. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/15002-58175-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

#### Fontes

GOVERNO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA. *Historia*. Nova Esperança-PR, 2021. Disponível em: <https://novaesperanca.pr.gov.br/?meio=1531>. Acesso em 12. abr. 2022.